

-----**ATA NÚMERO 38/2015**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM VINTE E DOIS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL  
E QUINZE.**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes, Diretora do Departamento Jurídico e de Fiscalização.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

---Estiveram também presentes o Chefe de Gabinete da Presidência e o Adjunto da Vereação, Miguel Iglésias e João Beja, respetivamente.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída

em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, iniciou este período, solicitando a intervenção da Câmara para a resolução dum problema colocado por uma munícipe, relacionado com uma rotura numa conduta de esgotos, aparentemente propriedade de uma unidade hoteleira.-----

---Disse que, segundo lhe revelou a munícipe, esta rotura dá origem a um derrame permanente de águas residuais e de mau cheiro na área em questão. Segundo a própria, por duas vezes, deu conta da situação aos serviços da Autarquia, não tendo até à presente data obtido resposta adequada.-----

---Pelo atrás exposto pediu celeridade na resolução deste problema, em sua opinião, simples de corrigir.-----

-----O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que mandaria verificar e providenciar a solução deste problema.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, pediu que fosse encontrada uma solução que, sem prejuízo para a Câmara fosse de encontro à pretensão dos moradores do Bairro da Ajuda, que fazem a manutenção dos jardins localizados a sul da Rua João Paulo II, para a colocação, no local, dum ponto de rega.--

-----A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, referiu que esta situação será analisada e objeto de resposta o mais breve possível.-

-----Por sua vez, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança,

disse que, devido a abusos, foram fechadas algumas bocas de rega e de incêndio em alguns locais da cidade. No que concerne ao Bairro da Ajuda, foram feitos cálculos, estando a Câmara a ter um prejuízo de cerca de dez mil euros por mês, em perdas de água.-----  
---Acrescentou que, brevemente, será dado conhecimento à Investimentos Habitacionais da Madeira desta situação, a fim de ser concertada uma forma que ponha cobro a estes desperdícios sem prejudicar a satisfação das necessidades dos moradores.-----  
----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou qual o ponto de situação do projeto de “Remodelação das Piscinas do Lido - Reabilitação do Edifício, Equipamentos e Solários”, aprovado a oito de julho de dois mil e catorze pela Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, no montante elegível de dois milhões cento e setenta e três mil e quinhentos euros (€2.173.500,00) e cuja conclusão, estaria prevista para finais deste mês de outubro. “Gostaria, ainda, de saber se a Câmara assegura que este projeto fique concluído financeira e fisicamente até trinta e um de dezembro deste ano, já que, o valor do mesmo é considerado, de acordo com os Regulamentos Comunitários, de baixo valor, e, como tal, não poderá transitar para o novo Programa Madeira 14-20”, frisou-----  
-----A este propósito, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a Câmara está a envidar todos os esforços para que esta obra esteja concluída até trinta e um de dezembro. Que, houve alguns atrasos, nomeadamente os originados pela

entrega tardia de alguns materiais e equipamentos. Não obstante, existem boas perspectivas da mesma ficar concluída dentro do prazo.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, solicitou alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação do parque de estacionamento na Várzea, atrás da Prebel, questionando se o mesmo está licenciado, ou se é irregular.-----

-----Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que para o local em questão fora, recentemente, solicitado pelo proprietário do imóvel, a colocação dum ponto de água e que, face à documentação apresentada e à informação dos serviços respetivos, será outorgado o contrato de fornecimento.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, perguntou se fora indicada a finalidade para aquele pedido, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia respondido que não.-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues solicitou a consulta do processo relativamente a esta questão.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, solicitou algumas explicações relativamente à ocupação da via pública, motivado pelas obras que decorrem no Tribunal.-----

-----Sobre esta questão, o Senhor Presidente respondeu que segundo informação dos serviços, neste momento, não há ocupação da via pública, motivado pela realização das mencionadas obras.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador João Rodrigues, pediu para consultar todo o processo relativo ao Tribunal, pretendendo ser esclarecido quanto à questão da propriedade, questões relacionadas com a saída da Polícia Judiciária, entre outras.-----

-----Depois, este mesmo Vereador, colocou as seguintes questões:-

--- - Quais as contrapartidas auferidas pela Empresa Municipal Frente MarFunchal E.M. pela utilização dos campos de Padel;-----

--- - Qual o valor despendido com execução destes campos;-----

--- - Qual o valor da receita que os mesmos produzem;-----

-----Terminando a sua intervenção pediu uma listagem de todos os projetos que têm sido aprovados pela Autarquia, na Área de Reabilitação Urbana.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, solicitou a intervenção da Câmara no sentido de colmatar a ausência de passeios em muitas vias da cidade, com particular relevância para as vias localizadas nas zonas intermédias e nas Zonas Altas, dando o exemplo da Estrada Comandante Camacho de Freitas, via de intensa circulação de peões e de tráfego. Sugeriu que, nos casos de impossibilidade de execução dos passeios, a Câmara procedesse à sua delimitação com a pintura das linhas adequadas.-----

-----O Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, disse que em algumas zonas desta via já existem passeios e que, em outros locais, os mesmos não podem ser executados porque as bermas desta estrada são utilizadas como estacionamento, face à

inexistência de locais para esse efeito. Que, apesar deste constrangimento, a Câmara irá analisar esta questão.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, chamou a atenção para a situação inestética, devida pela publicidade e reclamos de empresas comerciais, que cobrem muitas fachadas dos prédios localizados no centro da cidade.-----

---Sugeriu ainda que, estando a Câmara a elaborar um Regulamento de Ocupação dos Espaços Públicos, deveria contemplar no mesmo nova disciplina, quanto à utilização dos tapumes por ocasião da realização de obras. Que, deveriam ser proibidos os atuais, atendendo a que muitas das vezes os mesmos são executados com restos de madeiras, havendo a hipótese de serem substituídos por redes, lonas ou outros materiais que não sejam inestéticos, tornando a cidade mais atrativa.-----

-----Intervindo, o Senhor Presidente referiu que as situações descritas seriam objeto de análise por parte da Câmara.-----

-----A finalizar, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, perguntou se a Autarquia possuía informação acerca do sucesso ou insucesso da “Feira do Livro”.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que teria essa informação na próxima reunião, pois estava a ser elaborado um relatório na sequência das reuniões havidas com todos os livreiros.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse, a propósito da Derrama que o Executivo,

composto por diferentes forças políticas, deveria ter em atenção a realidade que ocorre no País, que demonstra diferentes práticas relativamente a esta matéria. Deu como exemplo a aprovação, por unanimidade, pelo Município de Lisboa, do Regulamento relativo à aplicação deste imposto.-----

-----Prosseguindo questionou se a Autarquia já encetara os procedimentos necessários para o envio à comunicação social, da ordem de trabalhos das reuniões camarárias e se já havia sido dada resposta pelos serviços competentes, relativamente ao teor das notificações que estão a ser enviadas aos concorrentes para os espaços dos mercados municipais, as quais não mencionam o prazo para desistência.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que estes assuntos estavam sendo objeto de análise.-----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

#### **1 – FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA 2016 –**

**Abertura de Procedimento:** - Tendo por objetivo fazer face a eventuais dificuldades na realização de várias obras, nomeadamente investimentos relativos a Habitação Social, Renovação de Infraestruturas e Cofinanciamento em Projetos Comunitários, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, de acordo com a proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, autorizar a abertura do procedimento

para o financiamento de médio e longo prazo para o ano de dois mil e dezasseis, no montante de dez milhões de euros (10M€), bem como nomear o júri constituído pelos seguintes técnicos: Efetivos – Magda da Conceição Olim Perestrelo; Dinarte Lino Abreu Teixeira; António Pereira Neto. Suplentes – Maribel Rodrigues de Freitas e Francisco Félix de Sousa.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, referiu: “Como é do conhecimento desta Câmara o PSD é favorável ao investimento público. Não podemos discordar do recurso a instrumentos financeiros, dentro da legalidade, para fazer face a investimentos necessários na nossa cidade. A nossa crítica vai, precisamente, para a falta de investimento por parte deste Executivo em funções. O investimento realizado tem sido muito marginal. Por outro lado, lamentamos que o mesmo ocorra só nos próximos dois anos deste mandato, quando deveria ter sido distribuído equitativamente pelos quatro anos. Esta realidade faz-nos pensar que a sua programação se enquadra num calendário eleitoralista. No que concerne à proposta apresentada, em nosso entender, a mesma aponta para grandes áreas onde o investimento será realizado sem identificar, em concreto, quais as obras que serão efetivamente executadas. Esta é uma questão fundamental que nos impede de decidir numa forma informada e responsável.---

---Por sua vez, o Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, disse que também pugnava pela necessidade numa desagregação e maior concretização das obras a realizar. Informou que, no que



concerne aos investimentos a realizar, ao nível da habitação social, existem financiamentos específicos para a execução deste tipo de obras, nomeadamente os apoios financeiros promovidos pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU, pelo que a Câmara deveria ter em atenção esta realidade.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, referiu ser totalmente a favor do investimento e que, não dispondo a Autarquia de meios financeiros para tal, seja necessário recorrer ao crédito. “No que respeita aos investimentos na habitação social, gostaria que a Câmara executasse a proposta apresentada pelo nosso Partido, de remoção integral do amianto nos bairros sociais”, acrescentou.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, intervindo, começou por referir que o recurso ao crédito para a realização de investimentos, que venha resolver problemas da cidade, é uma atitude positiva, lamentando, no entanto, que por via do PAEL a capacidade de endividamento da Câmara tenha diminuído significativamente, situação que impede que a mesma possa ir mais longe em termos de investimento. Manifestou, ainda, a sua concordância relativamente às áreas de investimento, relevando que, em sua opinião, ainda fica muito aquém dos que são necessários realizar.-----

---Intervindo, e respondendo à questão colocada pelo Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, o Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, disse que a proposta apresentada visa a obtenção

do parecer prévio para o início do procedimento de contratação dum empréstimo de dez milhões de euros. Que, quando o procedimento concursal se iniciar e for lançado na plataforma eletrónica, as obras a realizar serão devidamente identificadas.-----

---Relembrou, igualmente, que no passado os executivos do PSD nunca detalharam a informação sobre obras futuras quando adotavam este tipo de procedimento, o que era considerado normal e natural.-----

---Mais referiu que, a Câmara terá em consideração os financiamentos do IHRU, conforme a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Paulo Atouguia.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou que obras serão executadas no âmbito do saneamento básico, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia respondido que as mesmas já estarão identificadas.-----

---Fazendo a sua intervenção, o Senhor Presidente disse que gostaria de esclarecer a acusação recorrente que vem sendo feita à atuação deste Executivo, de falta de investimento ou de investimento marginal. “Não é verdade que esta Câmara não tenha realizado investimentos até ao presente. No ano passado foram realizados investimentos no montante de oito milhões de euros. Gostaríamos que o investimento tivesse sido superior, mas tal não foi possível, tendo contribuído para essa realidade o não pagamento, por parte do Governo Regional, das verbas relativas à participação variável do IRS, a ausência de contratos-programa,

entre outros constrangimentos. Para além do mais, aquando do início do nosso mandato, foi delineado e elaborado, com rigor, um plano de ação, que é público, e que está a ser executado de acordo com os compromissos que fizemos aos Funchalenses. Iniciámos o nosso mandato tendo como preocupação o equilíbrio das contas da Autarquia, pois recebemos como herança uma dívida de 100 Milhões de Euros, e foi nossa prioridade criarmos condições financeiras mais favoráveis, tendo em dois anos reduzido a dívida em 25 Milhões de Euros. Vamos, naturalmente, avançar para uma fase onde será mais visível o aumento do investimento, fruto do trabalho que realizámos. As únicas pessoas que estão preocupadas com o calendário eleitoral são do PSD”, concluiu.-----

---Retomando a palavra, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, retorquiu da seguinte forma: “Independentemente do enquadramento legal ser atualmente diferente, a verdade é que a capacidade de endividamento sempre existiu. O investimento ponderado deve ser feito ao longo do mandato e não só nos últimos dois anos. E, não obstante, as obras cofinanciadas pela União Europeia não podem ser realizadas fora dos prazos estabelecidos, a verdade é que o investimento realizado por esta Câmara tem sido muito marginal. Ao longo dos mandatos do PSD sempre foram realizadas obras distribuídas pelos quatro anos de mandato”.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Presidente referiu ser necessário rebater as palavras do Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, relativamente à falta de investimento. “Como já referido, houve

muito investimento nestes 2 (dois) anos, como parece não o quererem reconhecer. Relembro o alargamento do Beco do Paiol, da grande reparação do Caminho do Poço Barral, a requalificação do Mercado da Penteada, o Complexo Balnear do Lido, entre diversas outras obras de maior ou menor dimensão, que somam vários milhões anualmente. Têm sido, igualmente, dinamizados vários programas sociais e culturais. Tudo isto é investimento e o que nos preocupa são as pessoas e não o calendário político como parece ser a preocupação do PSD”, rematou.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Abstivemo-nos, atendendo ao facto deste assunto ir ser votado em Assembleia Municipal numa forma final sendo que, até lá, lançamos o repto ao Executivo que desagregue, numa forma mais pormenorizada, quais os investimentos que serão contemplados por este empréstimo. De qualquer forma, o PSD é sempre favorável ao investimento que beneficie os cidadãos do Funchal”.-----

## **2 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO:**-----

----- - **Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município do Funchal e a Associação do Filme, Televisão e Multimédia da Madeira - AFTM - Aprovação da Minuta:** - Presente proposta de deliberação, que abaixo se transcreve, acompanhada da Minuta do Protocolo que dela faz parte, a qual constitui o anexo (A) desta ata:-----

---“Considerando o interesse da Câmara Municipal do Funchal em associar-se à estratégia de promoção da Madeira e sobretudo do

Município enquanto destino de filmagens, o que favorece, de uma forma global, a sua economia e em particular o setor turístico pelo efeito multiplicador da visibilidade e notoriedade angariada; Considerando que a Associação do Filme, Televisão e Multimédia da Madeira (AFTM) tem por objeto a promoção e realização de iniciativas de promoção, desenvolvimento, inovação, criatividade e cooperação intersectorial, designadamente nos domínios da formação, internacionalização, investigação, difusão do conhecimento e apoio à modernização dos profissionais individuais e coletivos da indústria do cinema, audiovisual e multimédia da Região Autónoma da Madeira; Considerando que através da seleção e difusão das fontes de financiamento e de outros apoios económicos e técnicos que potenciem o desenvolvimento dos recursos audiovisuais e multimédia da Região bem como a atração de investimento externo nomeadamente produções audiovisuais ligadas ao cinema, televisão, publicidade e multimédia, consubstanciada numa lógica de funcionamento em rede entre intervenientes regionais, nacionais e internacionais; Considerando que a operacionalização da Madeira *Film Commission*, é feita pela AFTM, através de protocolo celebrado com o Governo Regional, em 12 de julho de 2013, com vista a acertar metodologias operacionais e ações estratégicas de organização e promoção da Madeira *Film Commission* junto dos seus públicos-alvo no exterior, procurando atrair para a Região Autónoma da Madeira produções audiovisuais ligadas ao cinema, televisão, publicidade e multimédia;

Considerando o interesse de ambas as partes na definição de processos céleres que otimizem as respostas necessárias a quem procura a Madeira para produzir qualquer conteúdo audiovisual, evitando a perda de competitividade em termos de oferta de destino de filmagens para outros concorrentes, Regiões ou Países com destinos parecidos com a Região Autónoma da Madeira; Considerando ainda que às câmaras municipais, de acordo com o disposto nas alíneas o) e u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista (...) à realização de eventos de interesse para o município bem como apoiar atividades de natureza cultural ou outra de interesse para o Município; A Câmara Municipal do Funchal delibera aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a **Associação do Filme, Televisão e Multimédia da Madeira - AFTM.**-----

---Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, perguntou qual a origem do documento posto agora à votação, face ao facto de não haver qualquer informação, prestada pelos serviços da Câmara de suporte ao protocolo, discordando da forma como o assunto é apresentado para apreciação e votação.-----

---Respondendo, o Senhor Presidente disse que o mesmo teve origem numa proposta apresentada numa audiência e que, após a devida análise e discussão, a mesma foi vertida no presente protocolo.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

**3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:-----**

----- - **Prestação de Serviços de “Desinfestação do palácio de São Pedro e do seu espólio e parte do espólio bibliográfico da Biblioteca Municipal e da Estação de Biologia Marinha do Funchal” – parecer prévio:** - Foi deliberado, aprovar, por unanimidade, na presença do processo respetivo (refª I-6675/2015), dar parecer prévio favorável ao procedimento mencionado em título, a celebrar com a empresa Rentokil, Lda. no valor de € 4.609,20 (quatro mil seiscentos e nove euros e vinte cêntimos).-----

**4 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO:** - Na presença do pedido de indemnização solicitado por Norberto Ruben Gouveia Alves Fernandes (procº 20481/2015), pelos danos causados na viatura BMW (44-IJ-18), devido ao levantamento de uma tampa de adufa, na Rua Dr. José Maria da Silva, freguesia de Santo António, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento de € 433,14 (quatrocentos e trinta e três euros e catorze cêntimos) de acordo com a informação da Divisão de Gestão de Frota (refª 228/DIE/DGF/2015).-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

**5 – APLICAÇÃO DA TAXA DE IMI/PRÉDIOS EM RUINA:-----**

----- - **Vistoria prévia para identificação dos prédios que integrem o conceito de ruina:** - Subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, foi presente a seguinte proposta de

deliberação:-----

---“**Considerando que:** Na reunião da Câmara Municipal, de 20/08/2015, foi aprovado o conceito de edifício em ruína para efeitos de IMI; A identificação dos prédios em ruínas compete às câmaras, de acordo com o n.º16, do artigo 112º do CIMI; A determinação do estado de ruína deve ser precedida de vistoria, a realizar nos termos do artigo 90º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Nesta conformidade, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal delibere a realização de uma vistoria prévia, nos termos citado artigo do artigo 90º do Decreto-Lei n.º 555/99, a todos os prédios que integrem o conceito de ruína, tal como foi definido pela Câmara Municipal do Funchal, devendo ser comunicado a todos os interessados o dia e a hora da sua realização. A presente deliberação é aprovada por minuta para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3, do artigo 21º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal do Funchal”.-----

--- - Colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,  
Diretora do Departamento Jurídico e de Fiscalização, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----  
Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 353/2015, publicada nos locais de estilo.